

ENSAIO

**MULHER NEGRA E JORNALISTA: O CASO DE FRANCISCA DE ASSIS EM CAMPOS DOS GOYTACAZES - RJ**

**MUJER NEGRA Y PERIODISTA: EL CASO DE FRANCISCA DE ASSIS EN CAMPOS DOS GOYTACAZES - RJ**

**BLACK WOMAN AND JOURNALIST: THE CASE OF FRANCISCA DE ASSIS IN CAMPOS DOS GOYTACAZES - RJ**

---

Thais Nascimento<sup>1</sup>

Júlia Wagner Alvarenga Oliveira<sup>2</sup>

**RESUMO:**

Este ensaio pretende concentrar o olhar sobre a experiência de ser uma mulher negra e atuar dentro do jornalismo através do estudo de caso de Francisca de Assis (Dona Chica), mulher negra de Campos dos Goytacazes-RJ que atuou como jornalista no município durante 34 anos até o início da década de 1980. Através de entrevistas não-estruturadas, a jornalista relata suas experiências subjetivas que serão analisadas sociologicamente a fim de que se compreenda quais foram suas dificuldades como jornalista mulher negra em Campos e o que isso diz sobre as relações de gênero e raça dentro da sociedade campista. Para pensar a temática, serão utilizados autores como Sueli Carneiro, Valéria Maria Vilas Bôas, Djamilia Ribeiro, Joselia Vicente e Tânia Zimmermann.

**PALAVRAS-CHAVE:** Mulheres Negras. Jornalismo. Feminismo Negro.

**RESUMEN:**

Este ensayo pretende centrarse en la experiencia de ser mujer negra y actuar dentro del periodismo a través del caso de estudio de Francisca de Assis (Dona Chica), una mujer negra de Campos dos Goytacazes-RJ que trabajó como periodista en la ciudad durante 34 años. hasta principios de la década de 1980. A través de entrevistas no

---

<sup>1</sup> Mestre em Sociologia e Antropologia com ênfase em Antropologia pelo PPGSA-IFCS-UFRJ, Professora do Centro Universitário Fluminense UNIFLU. E-mail: nascimento.th@gmail.com

<sup>2</sup> Bacharel em Jornalismo pelo Centro Universitário Fluminense UNIFLU. E-mail: jornal.julia@gmail.com

estructuradas, la periodista relata sus vivencias subjetivas que serán analizadas sociológicamente para comprender sus dificultades como periodista negra en Campos y lo que esto dice sobre las relaciones de género y raza dentro de la sociedad campista. Para pensar en el tema se utilizarán autores como Sueli Carneiro, Valéria Maria Vilas Bôas, Djamila Ribeiro, Joselia Vicente y Tânia Zimmermann.

**PALABRAS CLAVE:** Mujeres negras. Periodismo. Feminismo negro.

**ABSTRACT:**

This essay intends to focus on the experience of being a black woman and acting within journalism through the case study of Francisca de Assis (Dona Chica), a black woman from Campos dos Goytacazes-RJ who worked as a journalist in the city for 34 years until the beginning of the 1980s. Through unstructured interviews, the journalist reports her subjective experiences that will be sociologically analyzed in order to understand her difficulties as a black woman journalist in Campos and what this says about the relations of gender and race within the campista society. To think about the theme, authors such as Sueli Carneiro, Valéria Maria Vilas Bôas, Djamila Ribeiro, Joselia Vicente and Tânia Zimmermann will be used.

**KEYWORDS:** Black Women. Journalism. Black Feminism.

## 1 - INTRODUÇÃO

O Brasil é um país com grandes índices de exclusão e segregação sociais. As desigualdades de classe social, gênero e raça têm posições estruturantes na organização social do país. Tal organização é fruto da formação sociocultural e história do Brasil que, entre outras características, somente inaugurou o jornalismo em nossas terras em 1808 quando o príncipe regente de Portugal, D. João, julgou oportunos os seus serviços. É oportuno mencionar que outros países do continente americano já utilizavam a tipografia, as impressoras, o livro e as bibliotecas como aparato educativo há cerca de trezentos anos antes da invenção de Gutemberg chegar a terras brasileiras (MARQUES DE MELO, 2007).

Quase concomitante ao desenvolvimento da imprensa foi também construída a ideia de que os meios de comunicação de massa são capazes de influenciar a opinião pública acerca de inúmeros assuntos, seja no âmbito econômico, político ou até mesmo cultural. O universo jornalístico era, contudo, quase exclusivamente

masculino, cabendo às poucas mulheres que atuam nas empresas dos jornais a “área de serviço”: mulheres podiam ser telefonistas, faxineiras ou fazer o café (CASADEI, 2011).

No Brasil, a situação vem melhorando e se tornando mais diversa nas empresas de comunicação, mas as mulheres ainda passam por muitos obstáculos para que consigam alcançar um lugar de destaque. A luta da mulher negra, por sua vez, é dupla, já que ela precisa vencer o machismo e o racismo.

Ao longo da história, percebe-se que as configurações familiares se modificam e a mulher sai de casa para trabalhar fora mantendo jornadas duplas e até triplas, enquanto os homens, no geral, não têm sua rotina modificada. Os movimentos para que as mulheres ganhassem o direito de trabalhar fora de casa e para que fossem criadas leis que as respaldassem foram por meio da luta da mulher branca de classe média que tinha algum acesso a estudos e a oportunidades. Já a mulher pobre, sempre trabalhou, fosse na indústria, na carvoaria ou no corte de cana de açúcar, pois não havia outra opção para sobreviver (RIBEIRO, 2016).

Neste trabalho, pretendemos abordar como se deu a jornada de Dona Chica, primeira jornalista negra de destaque no município de Campos dos Goytacazes-RJ, num ambiente dominado pela presença masculina e branca. Através deste estudo de caso, queremos pensar raça e gênero no jornalismo e entender como as subjetividades feminina e negra influenciaram o trabalho da jornalista.

## **2 – MULHERES NEGRAS, FEMINISMO E TRABALHO**

Levando em consideração os padrões histórico-culturais atribuídos para homens e mulheres, o gênero é entendido como aquilo que diferencia socialmente as pessoas, a partir do ponto de vista das ciências sociais. O conceito sublinha o aspecto relacional das definições normativas de feminilidade. A diferenciação entre os sexos do ponto de vista de gênero pressupõe definições das características que formam a identidade do masculino e do feminino. Assim como as mulheres aprendem como devem pensar, sentir e se comportar, os homens aprendem a exercer sua masculinidade.

Desde o início da história, a mulher foi colocada no patamar de fragilidade, submissão e dependência, feita para servir e procriar. Assim, a mulher foi tratada como propriedade de algum homem, fosse seu marido, pai ou irmão. No Brasil,

somente em 1962 a mulher casada conquistou o direito de exercer uma profissão, o que antes não era possível, pois as mulheres passavam da tutela do pai para a do marido, sendo consideradas juridicamente incapazes de dispor de si mesmas, dos bens da família e mesmo dos filhos. Os novos direitos, conquistados com a publicação do Estatuto da Mulher Casada, aumentava o poder da mulher dentro das relações familiares (DA SILVA, 2008). Mesmo que possuíssem alguma qualificação, eram privadas da vida pública, já que a mulher branca de classe média só poderia exercer uma profissão com anuência do marido.

Raquel Marques da Silva (2008, p. 7) afirma que apenas “a partir da Constituição de 1967 começou a firmar-se a igualdade jurídica entre homens e mulheres. (...) a Magna Carta de 1988 igualou, definitivamente, homens e mulheres em direitos e obrigações.” Embora essa igualdade tenha sido juridicamente conquistada, na vida social a desigualdade ainda se faz presente na maior parte da população. A inserção da mulher no mercado de trabalho e sua saída do espaço privado para o espaço público era pauta das primeiras lutas feministas das mulheres brancas de classe média em todo o mundo.

Ao falar do mito da fragilidade feminina, que justificou historicamente a proteção paternalista dos homens sobre as mulheres, Sueli Carneiro (2013) questiona de que mulheres se está falando, visto que as mulheres negras nunca foram tratadas como frágeis. A autora escreve:

Fazemos parte de um contingente de mulheres que trabalharam durante séculos como escravas nas lavouras ou nas ruas, como vendedoras, quituteiras, prostitutas... Mulheres que não entenderam nada quando as feministas disseram que as mulheres deveriam ganhar as ruas e trabalhar! Fazemos parte de um contingente de mulheres com identidade de objeto. Ontem, a serviço de frágeis sinhazinhas e de senhores de engenho tarados. (CARNEIRO, 2013, p. 2).

Reivindicar espaço no mercado de trabalho, portanto, nunca foi uma questão para a mulher negra e pobre, pois ela sempre teve que trabalhar, fosse na fábrica, na carvoaria, nas lavouras, enfim, nos mesmos espaços que os homens, sendo exploradas da mesma maneira quando foram escravizadas ou, após a abolição, ganhando menos que os homens, subvalorizadas, muitas vezes tendo que levar filhos pequenos para o trabalho. Souza (2017) relata que o primeiro recenseamento do Brasil apontava que 76% da força de trabalho nas fábricas era composta por mulheres no ano de 1872. No caso da mulher negra, ao ser trazida para o Brasil, foi escravizada e explorada nas fazendas de cana-de-açúcar e café, e após a abolição da escravatura,

passa a trabalhar em subempregos ou condições análogas à escravidão. Ou seja, o apagamento da identidade profissional da mulher negra ainda se faz presente tanto pelo não reconhecimento do trabalho doméstico como um trabalho produtivo, quanto “pela manutenção de estruturas de hierarquia de classe que continua lhes atribuindo espaços e papéis que lhes foram atribuídos desde a escravidão” (BÔAS, 2020, p. 170)

A situação da mulher negra na época da primeira onda do feminismo (século XIX e início do século XX) era radicalmente diferente da situação da mulher branca. Naquele então, enquanto as mulheres brancas lutavam pelo direito ao trabalho e ao voto, as mulheres negras lutavam para serem consideradas pessoas (RIBEIRO, 2016). O trabalho para as mulheres brancas era um direito a ser conquistado, contudo para as mulheres negras no Brasil foi trabalho forçado e escravo durante a colonização, subalterno e desvalorizado após a abolição. A adjetivação faz toda a diferença. As segregações de classe, gênero e raciais são opressões estruturais indissociáveis e que exigem um olhar interseccional.

Pensar a interseccionalidade é perceber que não pode haver primazia de uma opressão sobre as outras e que, sendo estas estruturantes, é preciso romper com a estrutura. É pensar que raça, classe e gênero não podem ser categorias pensadas de forma isolada, mas sim de modo indissociável. (RIBEIRO, 2011, p.101)

Carneiro (2013) defende que o feminismo brasileiro, por sua inclinação eurocêntrica, acaba por constituir mais um eixo articulador da democracia racial e do ideal de branqueamento, com efeitos como a omissão do caráter central da questão da raça nas hierarquias de gênero e a universalização dos valores de uma cultura particular (a ocidental, branca e europeia) para o conjunto das mulheres. Tal posição gera o apagamento da realidade vivida pela mulher negra e a negação de seu protagonismo na formação social e história do Brasil, cheia de lutas, resistência e memória cultural ancestral.

As conquistas desse feminismo euro-referenciado gerou ainda mais segregação entre as mulheres, pois quando as mulheres brancas passaram a ocupar cargos em empregos burocráticos como secretárias e recepcionistas, impuseram-se duas barreiras às mulheres negras: a da qualificação educacional, à qual mulheres negras tinham pouco acesso, e o critério racial que selecionava as mulheres que

lidariam com o público (brancas) e as separava das mulheres que permaneceriam nos cargos de serviço ou como operárias industriais (negras) (BÔAS, 2020).

O ideal de nação brasileiro é masculino e branco, mas ainda assim, as mulheres vêm abrindo seu espaço na sociedade. Segundo Casadei (2011), as mulheres ocupavam 36% dos quadros profissionais do país no ano de 1986 e, em 1996, essa marca chegava a pouco mais de 40%.

Em 2006, segundo dados do Ministério do Trabalho, 52% das vagas de jornalista eram ocupadas por mulheres (contabilizando 6.131 funções jornalísticas ante as 5.640 ocupadas por homens), mostrando uma tendência de uma maioria feminina no mercado de trabalho jornalístico. Não obstante essa luta por espaço em veículos da grande mídia, as mulheres sempre participaram de forma ativa em veículos da imprensa alternativa, buscando espaços outros onde suas idéias pudessem entrar no jogo das disputas simbólicas. (CASADEI, 2011, p. 2).

O jornalismo esportivo, aqui tomado como exemplo, é uma das áreas mais difíceis para a mulher, já que as expectativas de gênero associam o gosto por esportes às masculinidades, acarretando a subvalorização da mulher no esporte, incluindo as jornalistas especializadas. Em 2018 foi a primeira vez na história em que uma Copa do Mundo foi narrada só por mulheres em um canal de TV. Foi a primeira vez, desde a criação do torneio em 1930, que uma transmissão de Mundial foi iniciada por uma mulher, a narradora Isabelly Morais na Fox Sports 2, canal que teve todos os jogos da Copa narrados por mulheres.

Eliza Casadei (2011) explica que o mercado de trabalho jornalístico foi, durante muito tempo, um espaço exclusivamente masculino. A autora cita um relato de José Hamilton Ribeiro, em meados da década de 1930, no Brasil:

As empresas jornalísticas eram pensadas e construídas como ambiente de sauna brega: só para homem. Nem havia banheiro feminino. No Estadão, à noite, quando fervia o trabalho jornalístico, as mulheres não eram aceitas nem na mesa telefônica. Havia mulheres como telefonistas, mas só durante o dia. À noite, um homem é que operava. Mulher podia ser telefonista, faxineira ou servia para fazer o café: circulava na área de serviço (RIBEIRO *apud* CASADEI, 2011, p. 2).

O Jornal das Senhoras foi o primeiro periódico brasileiro dirigido e escrito por mulheres. Criado em 1855 por Joana Paula Manso de Noronha, argentina radicada no Rio de Janeiro, trazia em seu primeiro editorial uma crítica ao fato não haver ainda publicação com uma mulher à frente como redatora, já que em país como França, Inglaterra, Itália, Espanha, Estados Unidos e Portugal já se encontravam muitas

mulheres colaborando com diversos jornais. Mesmo sob tal defesa do trabalho feminino no editorial, os textos do jornal eram publicados em anonimato. Mesmo a autora da sessão de moda requereu que seu anonimato fosse mantido, confessando não ter a mesma coragem de sua editora (CASA DEI, 2011).

Atualmente, as mulheres são maioria nas redações, porém, ocupam menos cargos de gestão, saem mais cedo da profissão e ganham menos (MICK; CHRISTOFOLETTI; LIMA, 2021). De acordo com o Censo de 2010<sup>3</sup>, as mulheres representam 58% dos jornalistas de 20 a 29 anos, são 64% dos estudantes dos cursos de jornalismo e também são maioria (63%) entre os profissionais que detêm títulos de especialização, mestrado ou doutorado. Mesmo assim, a questão salarial ainda é divergente: elas recebem cerca de 19% a menos do que seus colegas homens e a maioria dos empregadores da área (62%) são do gênero masculino.

As mulheres passam por diferentes tipos de assédio e violência que precisam ser compreendidos relacionando-os às posições hierárquicas dos atores sociais, dentro da perspectiva de gênero, para que se possa compreender o papel da mídia – interna e externamente – nas assimetrias de gênero. Jornalistas do sexo feminino sofrem assédio de colegas, de fontes, de atletas e de torcedores. Por causa disso, em março de 2018, nasceu nas redes sociais o movimento “deixa ela trabalhar”, em defesa das repórteres esportivas. Estereótipos foram sendo construídos através dos anos. A TV passou a ditar um perfil de mercado e apenas mulheres que se encaixam nesses padrões estéticos são vistas. Afinal, ao considerar que só homem assiste futebol, então a comentarista ou apresentadora teria de se encaixar em um padrão de beleza físico desejado para, mais uma vez, agradá-lo.

Na hierarquia das opressões, a mulher branca é considerada inferior ao homem branco, mas a mulher negra é colocada como inferior a ambos. Carneiro (2003) explica que o movimento feminista negro contribuiu principalmente para esta mulher que sempre foi vista por uma sociedade comandada por homens brancos como escrava e objeto de desejo. A questão da representatividade é extremamente importante para a mulher negra, que era invisível aos olhos da sociedade - e ainda é, embora cada vez menos. Hoje, a representatividade é um fator determinante para que estes movimentos sociais continuem a existir e abram mais espaços para as minorias.

---

<sup>3</sup> <https://censo2010.ibge.gov.br/>

Enegrecer o movimento feminista brasileiro tem significado, concretamente, demarcar e instituir na agenda do movimento de mulheres o peso que a questão racial tem na configuração, por exemplo, das políticas demográficas, na caracterização da questão da violência contra a mulher, pela introdução do conceito de violência racial com aspecto determinante das formas de violência sofridas por metade da população feminina do país que não é branca. (CARNEIRO, 2003, p. 3)

Carneiro (2003a) explica que o combate ao racismo é uma prioridade na luta feminista das mulheres negras, pois a “variável” racial gerou gêneros subalternizados, produzindo uma “hierarquia de subalternização”, se é que podemos assim classificar, na qual a mulher negra tem sua identidade feminina estigmatizada e submetida não somente aos homens, sejam negros ou brancos, mas também são menos prestigiadas que o gênero feminino do grupo racialmente dominante, ou seja, as mulheres brancas.

### **3 – DONA CHICA: “QUAL É A CARA DE UM JORNALISTA?”**

Através de uma série de entrevistas não-estruturadas pretendemos pensar a experiência e história de vida de uma jornalista campista negra formada no curso de Comunicação Social da antiga Faculdade de Filosofia de Campos – FAFIC -, atual Centro Universitário Fluminense – UNIFLU -, habilitando-se em seguida em jornalismo, quando o curso ainda era integrado em três áreas das quais o estudante escolheria uma para habilitação, a saber, Jornalismo, Relações Públicas ou Publicidade e Propaganda. Abordaremos a formação da carreira da jornalista enquanto mulher negra para refletir a respeito de situações específicas num recorte sociológico de gênero e raça.

Nossa personagem se chama Francisca de Assis e desde criança já gostava muito de jornalismo. Brincava de fazer entrevistas e, quando ela dizia para as pessoas que seria jornalista, era muito zombada. Por ser mulher, negra e morar no interior, no município de Campos dos Goytacazes, no norte fluminense, as pessoas achavam que era um sonho impossível. Aos 24 anos, Dona Chica, como é conhecida, passou num concurso para um banco. Com o salário, pagou a faculdade e assim, conseguiu fazer as duas coisas paralelamente. Assinava suas matérias como Francisca de Assis, tem 68 anos, graduação em Jornalismo pela Fafic e Pós-graduação em Assessoria de Comunicação pela mesma instituição. Foi assessora de comunicação da Prefeitura de Campos por 21 anos e hoje está aposentada. Conta que seus colegas de banco

achavam que ela jamais iria conseguir e argumentavam que não era coisa para mulher, ainda mais negra.

A entrevistada relata que na época, 1977, mulher pobre e negra só tinha duas opções de trabalho: empregada doméstica ou cortadora de cana. Então as pessoas achavam que era um atrevimento dela. “Ser jornalista como? Quem ela pensa que é pra chegar lá?”. Para Bôas (2020, p. 167),

O Brasil é um país em que a permanência e reprodução de situações de pobreza e exclusão sociais tem as desigualdades de gênero e raça como eixos estruturantes de sua matriz. Localizando o telejornalismo como parte de um sistema opressivo que interpela os sujeitos também a partir de aspectos subjetivos como raça e classe, acreditamos que é na construção que legitima lugares possíveis de reconhecimento do outro que ele silencia e amplia, por exemplo, a legitimação da indignação seletiva, da indignação merecida apenas por aqueles que podemos reconhecer enquanto sujeito.

Assim é que o espanto e incômodo com as ambições de Francisca se davam por parte de seus conhecidos. Reproduzindo os padrões ensinados pela mídia, não vislumbravam como uma mulher preta de pele retinta e cabelos crespos poderia atuar no jornalismo, uma área dominada por homens brancos e que permitia, vez ou outra, que mulheres brancas dentro de determinado padrão de beleza corporal também pudessem participar. Bôas (2020) explica que isso ocorre porque as relações do sujeito com o outro e com a própria condição são mediadas pelas convenções e pela sedimentação das normas. “(...) a representação do humano é também condicionada por nossos quadros de referência, dos quais o jornalismo faz parte” (BÔAS, 2020, p. 168). A presença minoritária de mulheres negras nas mídias, bem como a fixação dessa presença em categorias específicas (a mulata, a empregada doméstica) foi um dos assuntos mais explorados pela entrevistada. A despeito de algumas mudanças, pois presenciamos gradativamente a presença de mulheres negras em espaços outros que não somente os de subserviência, ainda pode ser vista uma grande segregação racial não somente nas mídias e no jornalismo, mas em toda a sociedade.

Francisca relata que a cada vez que as pessoas tentavam desencorajá-la, isso aumentava sua garra. Ela afirma que a faculdade não foi fácil, pois ela chegava tarde em virtude do trabalho, mas aproveitava tudo que podia. Enfrentou muitos preconceitos e situações discriminatórias ao longo de seus 34 anos de carreira:

Sofri assédio sexual de um chefe, mas não dei atenção. Ignorei e segui em frente. Na prefeitura, onde me aposentei, exercia cargo de chefia. Sofri assédio moral por parte de superiores e subordinados, que não aceitavam ser liderados por uma mulher negra. Pensei várias vezes em pedir exoneração, mas segui em frente e trabalhei até 2016. Foram 34 anos ininterruptos de jornalismo, desde que me formei, em 1982. (Francisca de Assis, em entrevista às pesquisadoras)

Começou na TV, depois foi para jornal e rádio. Francisca chegou a exercer três funções de uma só vez, recebendo por apenas uma, enquanto seus colegas homens exerciam uma função e recebiam o triplo de seu salário. Ela conta que este foi o momento no qual se sentiu mais prejudicada, pois era redatora, repórter e locutora de uma mesma empresa. Nada disso a fez desistir, ela queria esse espaço e foi em frente, “sem abaixar a cabeça”, como ela conta. Vicente e Zimmermann (2020, p. 167) afirmam que “constantemente racismo e sexismo são pares” gerando o que os autores chamaram de “interseccionalidade da opressão” na qual “sua condição determina os níveis de opressão aos quais cada mulher é submetida” (VICENTE; ZIMMERMANN, 2020, p. 166). Enquanto grupo, as mulheres se encontram em desvantagem em relação aos homens, tanto em termos de salários, quanto de ascensão funcional e condições de trabalho (YANNOULAS, 2002).

Ainda que algumas mulheres alcancem posições de maior remuneração e de chefia em suas áreas de atuação, as hierarquias de raça e de classe se mantêm de forma que não corresponde a alterações nas vidas das outras mulheres. Também não significa que sua liderança ocorrerá com o reconhecimento de todos os seus colegas e liderados homens, pois a efetividade das relações de dominação masculina que incidem sobre elas não é anulada (VICENTE; ZIMMERMANN, 2020). Desta forma, Francisca relata que sofreu muito assédio moral também quando ocupou um cargo de comando: “Mulher liderando homem é sempre complicado, ainda mais sendo negra” (Francisca de Assis, em entrevista às pesquisadoras).

A jornalista relata que sofreu agressões verbais de homens de todos os cargos, tanto de seus chefes até mesmo de fontes. O fim da escravidão, as conquistas dos movimentos sociais negros, as políticas públicas e as leis não foram suficientes para garantir a igualdade de direitos das mulheres negras no Brasil, já que ainda hoje, elas ocupam a maioria dos empregos domésticos, o que remonta à colonização brasileira e à ideia construída na exploração escravagista de que o trabalho depreciaria as mulheres, sendo portanto destinado às colonizadas (negras e indígenas), enquanto à mulher branca cabia o papel de “sinhá” ou da mulher colonial (branca europeia) que

tomou “emprestados” para si alguns dos privilégios do homem branco colonizador, como o de mandar e explorar o trabalho dos colonizados (VICENTE; ZIMMERMANN, 2020).

Mulheres sempre estão sujeitas à violência patriarcal que submete suas vidas e corpos, transformando-os em objetos de consumo, mercantilizados, adentram o processo de produção e reprodução da vida social de maneira precarizada. O capitalismo marca a diferença de classe na opressão patriarcal. Essa diferença diz respeito, inclusive, às formas de combate possíveis dentro da violência patriarcal impetrada. (VICENTE; ZIMMERMANN, 2020, p. 168).

Dona Chica afirma que a TV foi uma escola na qual aprendeu muito sobre sua carreira e fez contatos importantes. Contudo, relata o preconceito existente com ela, mulher e negra, quando ouvia frases como “você está na TV porque é amante do dono”. Isto se configura numa situação de assédio moral, que visa desqualificar o trabalho da vítima através de práticas abusivas repetitivas.

[...] a visão hipersexualizada do corpo da mulher negra (...) remete as mulheres a práticas discriminatórias no ambiente organizacional. Tais práticas contra as mulheres se caracterizam pelo assédio moral, ou seja, condutas abusivas, por comportamentos, palavras, gestos ou atos, que possam trazer danos à personalidade, dignidade, ou integridade física ou psíquica de um ser humano. (DA COSTA LAGE; DE SOUZA, 2016, p. 5)

Dias (2008) afirma que até meados do século XX, a tolerância do assédio e, em particular, do assédio sexual, fazia parte da premissa de uma mulher ter ou manter um emprego fora de casa. O assédio sexual se caracteriza por um comportamento indesejado de conotação sexual que pode se manifestar física ou verbalmente, criando um ambiente intimidativo, hostil, humilhante ou ofensivo para a destinatária, pois ofende a sua integridade física e moral.

É comum a mulher passar por diversas dificuldades dentro do trabalho, como a questão do assédio, muitas vezes sem reconhecer os comportamentos abusivos de seus colegas (YANNOULAS, 2002). Isabel Dias (2008) caracteriza o assédio *quid pro quo* como uma espécie de chantagem em relação ao emprego, que parte de alguém que, dentro da estrutura hierárquica de uma organização, possua autoridade ou poder para contratar, promover ou despedir o subordinado. Assim, a discriminação que Francisca sofreu por parte de seus colegas, ao ver uma mulher negra crescer na profissão e se destacar dos demais pela qualidade de seu trabalho, levou-os a creditar sua ascensão profissional a uma relação de interesse sexual *quid pro quo* com o

chefe, uma vez que é preciso estar numa posição de poder para ter autoridade de afetar as condições de emprego do outro.

Devido à formação sócio-histórica patriarcal de nossa sociedade que interpreta o homem como tendo autoridade sobre a mulher, existe uma legitimação dos abusos contra as mulheres seja no campo doméstico ou em suas vidas profissionais. Dias (2008) também afirma que, muitas vezes, os homens que constroem as mulheres com atos indesejados de natureza sexual o fazem por acreditar que tais comportamentos são “naturais” ou esperados do gênero masculino. “Por outras palavras, acreditam que normativamente lhes é exigido que se comportem ‘como verdadeiros homens’.” (DIAS, 2008, p. 13.)

Apesar das dificuldades, Francisca conta que tinha a simpatia de muitas pessoas, o que ela atribui ao fato de Gloria Maria ter sido a primeira grande referência de jornalista negra e inspiração para ela e outras mulheres negras. “Foi a primeira vez que conseguimos enxergar que era possível. Muitas mães chegavam e diziam: meu filho adora ver você na TV, manda um beijo pra ele” (Francisca de Assis, em entrevista às pesquisadoras). Ela considera isso gratificante porque “criança é muito verdadeira”. Este relato enfatiza a importância da representatividade racial no mercado de trabalho, especialmente quando ela afirma que foi a partir de Gloria Maria atuando no jornalismo que outras mulheres negras perceberam que elas também poderiam conquistar este espaço.

Ela narra uma das muitas situações de preconceito racial que vivenciou: “Consegui vencer pela simplicidade. Fácil não é. Humildade não faz mal a ninguém e pela minha simplicidade as pessoas diziam que eu não tinha cara de jornalista e eu perguntava: qual é a cara de jornalista? ” (Francisca de Assis, em entrevista às pesquisadoras).

Devido ao lugar do negro e da mulher no processo histórico de construção de nossa nação, percebe-se na afirmação recebida por Dona Chica que a “cara de jornalista” não seria a de uma mulher negra de pele bastante pigmentada. Carneiro (2003, p. 2) explica a razão desta ideologia que relaciona aparência e carreira.

Quando falamos em romper com o mito da rainha do lar, da musa idolatrada dos poetas, de que mulheres estamos falando? As mulheres negras fazem parte de um contingente de mulheres que não são rainhas de nada, que são retratadas como antimusas da sociedade brasileira, porque o modelo estético de mulher é a mulher branca. Quando falamos em garantir as mesmas oportunidades para homens e mulheres no mercado de trabalho, estamos garantindo emprego para que tipo de mulher? Fazemos parte de um

contingente de mulheres para as quais os anúncios de emprego destacam a frase: “Exige-se boa aparência”.

Da Costa Lage e De Souza (2016, p. 2) afirmam que “o cabelo crespo [é] um símbolo de identidade e resistência do povo negro e que o preconceito e a discriminação variam em cada cultura impondo barreiras invisíveis para determinados grupos”. As autoras argumentam que no período escravocrata as mulheres “reais” eram as mulheres brancas, ocorrendo uma construção social do padrão de feminilidade e beleza feminina baseados na hierarquia colonial.

As características do comprimento e textura dos cabelos, o afinamento ou não do nariz, a cor dos olhos, acabam por criar visões opostas: de um lado mulheres dóceis e gentis e do outro, não apresentáveis e não atrativas. Portanto, a mulher negra sofre duplamente em nossa sociedade sexista e racista, por ser mulher e negra, que a coloca numa posição inferior na hierarquia. (DA COSTA LAGE; DE SOUZA; 2016, p. 2)

Dona Chica relata que não teve problemas para cobrir futebol, por exemplo, mas era desacreditada ao ocupar cargos de liderança. Foi Coordenadora de Jornalismo na Prefeitura da cidade por algum tempo e diz que quando as pessoas vinham procurá-la, devido à importância do cargo, achavam que ela seria uma “loira linda” ou um homem. Assim, surpreendiam-se quando viam que era ela, uma mulher negra, a coordenadora do departamento. Sorrindo, ela diz que nunca se aborreceu por isso, nem mesmo pensou que era um crime de racismo embora hoje veja que era e que foi vítima disso por diversas vezes, por muito tempo. Ainda assim, ela encoraja outras mulheres a seguirem seus sonhos:

Tenha muita garra, acredite. Eu lutei, saí de Campos e fui atrás de empresas grandes. Fiz meu registro profissional, voltei pra Campos. Não desista no primeiro obstáculo que houver. Se tem uma pedra no caminho a gente retira a pedra e vai em frente porque nem tudo são flores. Quando fui repórter, muitas vezes disseram: ah, o repórter não veio não? (Francisca de Assis, em entrevista às pesquisadoras).

Mais uma vez percebe-se a incredulidade das pessoas de que “o repórter” fosse uma mulher negra retinta. Francisca expressa em sua narrativa como a mulher negra sofre o dobro das questões femininas ao relatar o sentimento de solidão e falta de coleguismo da equipe de reportagem:

Eu era a única repórter negra e quando era preciso sair comigo para cobrir alguma reportagem, a equipe fazia de tudo pra dar errado. Se fosse outra

colega, todos faziam tudo correto, mas comigo não. Eu ia chorando, secava as lágrimas, refazia a maquiagem, gravava e voltava chorando. (Francisca de Assis, em entrevista às pesquisadoras)

Esse seu relato exemplifica a ideia de que a mulher negra precisa enfrentar a mulher branca:

tenhamos moralidade, amor aos nossos negrinhos; fazendo-lhes ver os deveres para com a Pátria; ilustrando a inteligência e o aperfeiçoamento das artes e ofícios, para as quais sentimos vocação, e, principalmente, concorrendo em tudo e por tudo com a mulher branca, pondo a nossa inteligência, o nosso preparo, a nossa atividade e o nosso patriotismo (DOMINGUES *apud* CASADEI, 2012, p. 8).

Tais características ressaltadas compreendem uma moralidade a serviço da sociedade, da coletividade. Esses valores são percebidos no discurso de Francisca ao lembrar de uma das reportagens mais marcantes que fez quando passou na ponte da Lapa, em Campos, e viu as crianças que, no verão, se jogavam dali pra tomar banho de rio. Logo pensou: “eu preciso registrar isso, fazer essa matéria! Porque às vezes os pais dessas crianças nem sabem que eles estavam lá correndo aquele risco” (Francisca de Assis, em entrevista às pesquisadoras). Sua preocupação com o coletivo é marca de sua empatia e sua paixão pela profissão que exerceu e na qual se aposentou não passa despercebida em sua narrativa:

Eu gosto muito de dizer pras pessoas que elas têm que acreditar em seus sonhos. Se eu tivesse dado ouvido a todos que disseram pra mim que o mercado já estava saturado de jornalistas... eu dizia que o mundo não era só Campos. E não me arrependo porque não tem nada melhor do que fazer o que a gente gosta. Fazer uma atividade durante 34 seguidos sem gostar seria insuportável pra mim. (Francisca de Assis, em entrevista às pesquisadoras)

Hoje a sociedade percebe o aumento da representatividade de pessoas negras trabalhando em telejornais, na moda, até mesmo sendo representados em bonecas de brinquedo que, há algumas décadas, só eram encontradas de pele clara e olhos azuis (Xavier, 2013). É essencial que as pessoas negras sejam vistas na mídia de formas diversas, e não apenas estampando as páginas de notícias criminais nos jornais ou retratadas como empregadas domésticas nas telenovelas.

## **5 - CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Este ensaio refletiu sobre a carreira de Francisca de Assis, mulher negra e jornalista aposentada no município de Campos dos Goytacazes-RJ, e percebemos que, apesar de todas as dificuldades relatadas pela jornalista entrevistada e de todas

as desigualdades por ela vividas, ela conquistou posições de prestígio dentro de sua carreira ocupando cargos de comando e realizando-se pessoalmente na profissão. Além disso, Francisca de Assis é uma jornalista de referência em Campos e nos municípios vizinhos não só como mulher que atuou na área, mas também como mulher negra, gerando uma representatividade necessária na comunicação em termos étnicos e de gênero.

Ainda assim, sua jornada revela diversas discriminações que devem ser olhadas por um prisma interseccional, sem excluir gênero ou raça, visto que tais categorias estão entrelaçadas na construção da identidade de Francisca.

Também pudemos perceber que a sociedade brasileira se divide em diversos segmentos hierárquicos que não apenas o de gênero. É certo que o homem cis-gênero (isto é, nascido e identificado com o sexo masculino) branco e heterossexual tem hegemonia sobre outros grupos, mas vemos outras subdivisões que influenciam a vida das pessoas no cotidiano. Homens brancos são considerados superiores não apenas a mulheres brancas, mas também aos homens e mulheres negros. Estes últimos, por sua vez, são vistos como inferiores a todas as pessoas brancas. No ponto mais baixo desta hierarquia, encontram-se as mulheres negras. Aqui consideramos apenas as categorias de gênero e de raça, mas existem outras segmentações no Brasil como orientação sexual, discriminação religiosa e contra pessoas com deficiência, por exemplo.

Através das entrevistas com Francisca de Assis, ficaram evidentes como as hierarquizações de gênero e raça afetam o trabalho e a vida de uma mulher negra, que embora tenha relatado o amor à profissão e como foi feliz enquanto atuava no jornalismo, ao mesmo tempo fez a narrativa de voltar chorando para casa por sentir que seus colegas de equipe não colaboravam com ela, por ela ser uma mulher negra.

Concluimos também, que as dificuldades enfrentadas na sociedade brasileira por uma mulher negra somam as opressões sofridas por pessoas negras e por mulheres em geral, sendo uma luta que exige uma visão mais abrangente que a fornecida pelo feminismo eurocentrado incorporado pelas mulheres brasileiras brancas de classe média.

## REFERÊNCIAS

BÔAS, Valéria Maria Vilas. Mulher, Negra e Repórter: atravessamentos entre gênero, raça, subjetividade e telejornalismo na trajetória de Glória Maria. **Revista ECO-Pós**, v. 23, n. 3, p. 165-184, 2020.

CARNEIRO, Sueli. Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. **Racismos contemporâneos**. Rio de Janeiro: Takano Editora, v. 49, p. 49-58, 2003.

\_\_\_\_\_. Mulheres em movimento. **Estud. av.**, São Paulo, v. 17, n. 49, p. 117-133, Dez. 2003a.

CASADEI, Eliza Bachega. A inserção das mulheres no jornalismo e a imprensa alternativa: primeiras experiências do final do século XIX. **Revista Alterjor**, v. 3, n. 1, p. 1-10, 2011.

DA COSTA LAGE, Mariana Luísa; DE SOUZA, Eloisio Moulin. Da Cabeça aos Pés: Racismo e Sexismo no Ambiente Organizacional. In: Congresso Brasileiro de Estudos Organizacionais. **Anais**, 2016.

DA SILVA, Raquel Marques. **Evolução histórica da mulher na legislação civil**. 2008. Disponível em <http://ditizio.ecn.br/adv/txt/ehlc.pdf> Acesso em: 19 jul. 2018.

DIAS, Isabel. Violência contra as mulheres no trabalho: O caso do assédio sexual. **Sociologia, problemas e práticas**, n. 57, p. 11-23, 2008.

MARQUES DE MELO, José. Gutenberg chegou atrasado ao paraíso tropical. **Comunicação & Sociedade**, São Bernardo do Campo, PósCom-Methodista, a. 29, n. 49, p. 11-26, 2º sem. 2007.

MICK, Jacques; CHRISTOFOLETTI, Rogério e LIMA, Samuel Pantoja. **Perfil do Jornalista Brasileiro 2021** - Características sociodemográficas, políticas, de saúde e do trabalho. Projeto de Pesquisa POSJOR – UFSC. Disponível em <https://posjor.paginas.ufsc.br/files/2012/01/2020-09-28-Perfil-dos-Jornalistas-Brasileiros-2021-SAMUEL-PANTOJA-LIMA.pdf> Acesso em 09 de novembro de 2021.

RIBEIRO, Djamila. Feminismo negro para um novo marco civilizatório. **Revista Internacional De Direitos Humanos**, v. 13, n. 24, p. 99-104, 2016.

SOUZA, Eliane Moreira de. **Elas na TV: a participação das jornalistas nas emissoras de televisão de Uberlândia: uma perspectiva em três tempos**. 2017. Disponível em <https://repositorio.ufu.br/bitstream/123456789/21010/1/ElasTVParticipa%C3%A7%C3%A3o.pdf> Acesso em: 19 jul. 2018.

THOMPSON, John B. **A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia**. Editora Vozes Limitada, 2011.

VICENTE, Joselia Aparecida Pires; ZIMMERMANN, Tânia Regina. De Marx ao Feminismo: Uma análise Interseccional de Gênero e Classe nas Relações de Trabalho. **Revista Trilhas da História**, v. 10, n. 19, p. 159-178, 2020.

XAVIER, Giovana. Os mistérios do "empório da beleza": gênero, raça, cosmética e transnacionalismo no pós-abolição (Brasil e EUA, anos 1920). In: Seminário Nacional de História, 27., Natal. **Anais**, 2013.

YANNOULAS, Silvia Cristina. **Dossiê**: Políticas públicas e relações de gênero no mercado de trabalho. Brasília: CFEMEA; FIG/CIDA, 2002. 93 p.